



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003876-05.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Agrolana Agronegócios Ltda - Epp**
 Requerido: **Ana Paula Gehring Molina Gil e outro**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos etc.

AGROLANA AGRONEGÓCIOS LTDA. EPP promove ação de cobrança contra **ANA PAULA GEHRING MOLINA GIL e FLÁVIA ANDRADE BRITTO**, todas qualificadas nos autos, e expõe que é credora das rés da quantia de R\$ 29.221,04, oriunda do débito proveniente do contrato de locação no qual as requeridas figuraram como locatária e fiadora, respectivamente, cujas obrigações restaram inadimplidas. Requer a condenação das rés no pagamento do valor apontado, mais os ônus da sucumbência.

Citadas, as rés deixaram fluir *in albis* o prazo para resposta, sobrevivendo requerimento da autora para decretação da revelia, reiterando seu pedido inicial.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. A lide admite o julgamento antecipado previsto no artigo 355, incisos I e II do Código de Processo Civil.

2. Ausente a resposta, presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial (artigo 344 do Código de Processo Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

3. Reputo incontroversos, pois, os fatos relativos à existência da relação *ex locato* e ao inadimplemento da locatária quanto aos aluguéis e encargos referidos na inicial.

Como é indiscutível a solidariedade existente entre as rés, por força do contrato de locação celebrado, na qual figuraram como locatária e fiadora, e não havendo impugnação ao valor indicado na inicial, é de rigor o acolhimento da pretensão autoral nos moldes em que foi formulada.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação e o faço para condenar as rés no pagamento à autora da quantia de R\$ 29.221,04 (vinte e nove mil, duzentos e vinte e um reais e quatro centavos), com correção monetária a partir do ajuizamento da ação, juros de mora contados da citação, custas deste processo e honorários da patrona adversa, ora arbitrados em 10% do valor da condenação.

P.I.

Araraquara, 21 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**